

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Além do fim da 6x1, Alcolumbre desengaveta a PEC da Segurança

A coluna antecipou ontem que a descoberta de petróleo no litoral do Amapá serviu para destravar a PEC da Segurança. Foram apontadas a comemoração a bordo do navio-sonda da Petrobras no Oiapoque, na segunda-feira, 17, e a troca de mesuras e agradecimentos entre os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Os dois tinham rompido depois que os senadores barraram a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Dizia o texto:

“Alcolumbre enviou a PEC [Proposta de Emenda Constitucional] da 6x1 para a Comissão de Constituição e Justiça. O presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), já declarou que irá pautá-la imediatamente na Comissão. E os líderes do centrão também avisaram que a franca maioria dos integrantes de suas bancadas votará pela nova jornada de trabalho.”

O que a coluna não disse é que, junto com a derrubada da 6x1, Alcolumbre também despachou, para início de tramitação na Casa, a PEC da Segurança Pública e o projeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos.

O fim da jornada é o projeto de maior apelo eleitoral e a decisão de Alcolumbre dá novo ânimo ao governo para votação da matéria

antes das eleições de outubro. Mas a PEC da Segurança e a Política Nacional de Minerais Críticos também são consideradas peças importantes para a campanha eleitoral.

Em seus primeiros atos da campanha à Presidência, no domingo, 16, tanto Lula quanto Flávio Bolsonaro elegeram o tema da segurança como eixo de seus discursos. Em São Bernardo do Campo, Lula prometeu prender os líderes do crime organizado e defendeu a aprovação da PEC. Repetiu que, assim que o projeto for aprovado no Congresso, ele irá criar o Ministério da Segurança. No mesmo dia, no ato do Rio de Janeiro, na praia de Copacabana, Flávio Bolsonaro lançou sua candidatura com críticas duras ao governo federal justamente no campo da segurança.

Já a aprovação da Política Nacional de Minerais Críticos será usada na campanha como peça do discurso de defesa da soberania do país e como arma de negociação com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que precisa de minerais críticos para a corrida contra a China pela produção de produtos de alta tecnologia. A China detém as maiores reservas de terras raras do planeta e o Brasil está em segundo lugar.

O clima positivo do Oiapoque, levou Alcolumbre a também aderir ao discurso do Planalto de defesa da soberania nacional. Ao comemorar a descoberta de petróleo, ele tomou o microfone e afirmou: “Sob a sua liderança e com a trincheira de defesa do Congresso Nacional, nós dizemos de uma vez por todas: deixem que nós, brasileiros, que lutamos pela defesa do nosso Brasil, que nós decidamos o que nós queremos do Brasil.”

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

Ritmo suspeito de investigações

Os diferentes ritmos de investigações capazes de influenciar as eleições permitem ao menos a suspeita de que nem todas caminham de um jeito não influenciado por interesses políticos.

Depois do abalo gerado na campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência e das suspeitas relacionadas ao também senador Jaques Wagner (PT-BA), o caso Master parece ter tomado o tal de chá de sumiço tão citado por nossos avós.

Nunca mais se falou na história do suposto financiamento do filme “Dark Horse” que teria gerado o pedido de grana feito por Flávio ao amigãozão Daniel Vorcaro.

Citados em apurações relacionadas ao escândalo do banco, os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, também deixaram de ser mencionados, as fontes parecem ter secado.

Como no velho mote publicitário, o nome do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), também parece ter sido beneficiado pelos milagrosos efeitos de um doril capaz de combater ataques da Polícia Federal. O relator do caso Master é o ministro André Mendonça.

Em compensação, houve uma sequência de atos relacionados a investigações sobre Fábio Luís Lula da Silva. Vazamentos indicam que é preciso apurar o suposto de tráfico de influência que teria sido praticado pelo primogênito do presidente Lula (PT), mas, até agora, sequer ficou evidenciado o motivo de os inquéritos

terem sido autorizados pelo STF e não na primeira instância. Filho de presidente não tem prerrogativa de foro.

Seria absurdo criar uma espécie de defeso eleitoral que impedisse investigações de políticos e afins em anos em que somos chamados às urnas. Melhor investigar do que fazer como o Ministério Público do Rio que, em 2018, demorou meses para iniciar a apuração de movimentações financeiras suspeitas no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro.

Naquele mesmo ano, a Polícia Federal teria adiado uma operação contra Fabrício Queiróz, amigãozão de Jair Bolsonaro, para que este não fosse prejudicado às vésperas do segundo turno da disputa pela Presidência. A acusação partiu de Paulo Marinho, que seria eleito suplente de Flávio no Senado.

O fundamental é impedir que as polícias, o MP e o Judiciário possam administrar o andamento de investigações como guardas de trânsito capazes de definir a velocidade com que veículos poderão se mover.

Não é razoável também dar a integrantes dessas instituições o direito de buscar uma espécie de equilíbrio na liberação de pancadas, como quem distribui ingredientes em uma pizza. Golpes têm que corresponder ao avanço de investigações.

É complicado falar em equilíbrio institucional em um país em que ministro do STF atua para pacificar relações entre dois políticos que, no limite, podem ser alvos da corte, como os presidentes da República e do Senado. Mas não custa tentar, até para evitar que eleições, assim como casamentos de festas juninas, acabem decididas pelo delegado de polícia.

EDITORIAL

O alerta silencioso do tempo seco

O alerta amarelo emitido pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) para diversas regiões do estado de São Paulo pode parecer menos urgente do que avisos mais severos. No entanto, o chamado “perigo potencial” revela um problema recorrente e cada vez mais intenso: o avanço do tempo seco e seus impactos diretos na saúde pública e no meio ambiente.

Com a umidade relativa do ar frequentemente abaixo dos 30% em diferentes cidades, o cenário se distancia do índice considerado ideal pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em torno de 60%. Esse desequilíbrio se reflete no aumento de problemas respiratórios, agravamento de doenças crônicas, irritações nos olhos e na pele, além de maior risco para crianças e idosos. Não por acaso, unidades de saúde costumam registrar maior procura nesses períodos, evidenciando que as condições climáticas também pressionam o sistema público.

O tempo seco também favorece a ocorrência de queimadas. A vegetação ressecada, aliada à baixa umidade e, muitas vezes, à ação humana, cria um ambiente propício para incêndios em áreas urbanas e rurais. As consequências vão além dos danos ambientais. A fumaça compromete a qualidade do ar, reduz a visibilidade e amplia os impactos à saúde da população, especialmente em regiões já marcadas por poluição.

Nos últimos anos, episódios de estiagem prolongada têm se tornado mais frequentes e intensos em São Paulo. Mudanças climáticas, crescimento urbano e redução de áreas verdes ajudam a explicar um cenário que tende a se repetir e a se agravar a cada inverno. O que antes era pontual passa a ser parte da rotina e exige respostas mais estruturais.

Diante desse quadro, o alerta do INMET deve ser interpretado como mais do que uma previsão pontual. Trata-se de um chamado à prevenção e ao planejamento. Cabe ao poder público investir em políticas ambientais, ampliar a fiscalização contra queimadas e fortalecer campanhas de conscientização. Também é necessário avançar em estratégias de adaptação urbana, com mais áreas verdes, arborização e medidas que reduzam a retenção de calor nas cidades.

Outro ponto que merece atenção é a gestão dos recursos hídricos. Períodos prolongados de seca impactam diretamente reservatórios, mananciais e o abastecimento de água, sobretudo em regiões mais populosas. A combinação entre baixa umidade e escassez hídrica amplia a vulnerabilidade das cidades e exige planejamento integrado, com uso racional da água e investimentos em infraestrutura.

À população, cabem atitudes simples, mas importantes, como manter a hidratação, evitar exercícios físicos nos horários mais secos do dia e não provocar queimadas. Pequenas ações ajudam a reduzir riscos e proteger a saúde coletiva.

OPINIÃO DO LEITOR

Luto nacional

Morreu, aos 98 anos, a atriz Laura Cardoso, um dos maiores nomes da televisão brasileira, uma artista eterna, uma das maiores lendas da atuação, uma carreira grandiosa, uma história que o Brasil jamais esquecerá e um verdadeiro ícone da cultura nacional

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Afonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP
22775-057

BRASÍLIA
ST SIBSQuadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal